

Caixa estuda emissão externa para reforçar capital

Por Claudia Safatle, Edna Simão
e Eduardo Campos | De Brasília

Na primeira reunião do conselho de administração da Caixa sob um novo estatuto, hoje, a discussão deverá centrar-se na capitalização do banco. A ideia, depois de descartada a utilização de R\$ 15 bilhões do FGTS, é a Caixa captar recursos com a emissão de bônus perpétuo no mercado internacional. Outras propostas entrariam para compor o aumento de capital do banco federal, como restringir o pagamento de dividendos ao Tesouro Nacional ao limite mínimo de 25% do lucro líquido ajustado ou mesmo reter integralmente o lucro, vender mais carteiras de crédito e reduzir o provisionamento para o pagamento de seguro saúde dos funcionários.

A abertura de capital da Caixa foi engavetada. O argumento é de que não seria prudente, no último ano de governo, abrir duas frentes de brigas políticas ao mesmo tempo. Já há uma disputa de bom tamanho com a privatização da Eletrobras.

O estatuto da Caixa determinou que a participação do banco no custeio dos benefícios de assistência à saúde dos funcionários terá um teto de 6,5% da folha de pagamento inclusive de aposentados e pensionistas, excluídos os valores relativos ao INSS. O banco tem um bom volume de recursos provisionados com esse fim que poderão ser parcialmente usados para aumento do capital.

Essa é uma medida que será aplicada a todas as empresas estatais, mediante resolução da Comissão de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR). A justificativa, na área econômica, é de que por razões demográficas o gasto com seguro saúde tem tido crescimento exponencial nas empresas públicas e a saída é dividir esse custo com os funcionários.

Não há garantia de que as iniciativas destinadas a aumentar o capital da Caixa cheguem aos R\$ 15 bilhões do acerto que a instituição negociava com o FGTS. A proposta,

nesse caso, era trocar dívidas do banco com o fundo de garantia por bônus perpétuos, títulos sem data de vencimento. O Ministério da Fazenda foi contra por considerar que essa operação poderia afetar a do FGTS.

A avaliação da equipe econômica é que a retenção dos dividendos (cerca de R\$ 10 bilhões), venda de carteira, redução de despesas de saúde e a possibilidade de emitir títulos perpétuos no mercado externo darão o fôlego necessário para que a Caixa empreste, este ano, mais do que em 2017. Caso sejam necessárias ações adicionais para que o banco cumpra as exigências de capital regulatório de Basileia 3, em 2019, o governo terá todo o ano de 2018 para avaliar.

Em 2014, o banco levantou US\$ 500 milhões em bônus subordinados para composição do capital de nível 2. O prazo dos papéis foi de dez anos e a taxa ficou em 7,25% ao ano. Também em 2014, o banco acessou o mercado e levantou US\$ 1,3 bilhão em bônus seniores, que vencem em





2019.

Por trás de toda essa discussão está a diferença de visão do Ministério da Fazenda e da área política do governo sobre o que se quer da Caixa. A Fazenda pretende evitar que o banco federal, tendo mais capital, ponha os pés no acelerador do crédito, afrouxando os critérios de risco, neste ano de eleições. O Palácio do Planalto, por sua vez, gostaria de afagar a sua base de apoio com a expansão da oferta de crédito. Principalmente depois que quatro vice-presidentes da Caixa foram afastados com suspeita de corrupção e estatuto da Caixa se não blindou a instituição dos excessos de indicações políticas aos cargos de direção, ao menos criou uma série de exigências e restrições para que

os cargos de presidente e vice-presidentes sejam distribuídos entre os partidos aliados.

O estatuto das empresas públicas, preconizado pela lei de responsabilidade das estatais, foi implementado nas cinco grandes companhias: Eletrobras, Petrobras, BNDES, Banco do Brasil e, por fim, na Caixa. O Ministério do Planejamento, através da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), vai trabalhar, agora, com as subsidiárias dessas grandes companhias para que se elas também se adequem à legislação. A esperança é de que, ao fim desse processo, haja uma melhora da governança das empresas públicas e maior eficiência.

Metodologia do BC diminui déficit fiscal em R\$ 7 bi

Por Ribamar Oliveira | De Brasília

O déficit primário do governo central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) em 2017, apurado pela metodologia "abaixo da linha" utilizada pelo BC, será menor cerca de R\$ 7 bilhões do que o déficit calculado pela metodologia "acima da linha" - usada pelo Tesouro Nacional -, de acordo com fontes do governo.

A diferença entre as duas metodologias é conhecida como "discrepância estatística" e, no ano passado, ela ficou muito elevada por causa da forma de apuração dos dados relativos à Itaipu Binacional e pela maneira de fazer o registro da conta dos subsídios.

Os recursos pagos anualmente por Itaipu ao Tesouro Nacional não são registrados como receita primária na metodologia "acima da linha", mas como receita financeira, pois são considerados pagamentos de empréstimos. Já na metodologia "abaixo da linha", que capta a variação de saldos bancários, o ingresso dos recursos na conta única da União altera favoravelmente o resultado primário.

No caso dos subsídios, as fontes explicaram que a diferença está na forma de registro dessa despesa. O Tesouro adota o critério de caixa para o gasto com subsídios. O

Banco Central, o de competência.

De janeiro a novembro de 2017, a discrepância estatística para o déficit do governo central entre as duas metodologias já estava em R\$ 5,6 bilhões. Ou seja, o déficit do governo central apurado pelo BC era R\$ 5,6 bilhões menor do que o calculado pelo Tesouro.

Se o déficit primário do governo central ficou mesmo em torno de R\$ 120 bilhões em 2017, pela metodologia do Tesouro, como projetam alguns analistas do mercado, o déficit primário do governo central pela metodologia do Banco Central pode ter ficado em torno de R\$ 113 bilhões. Para a verificação do cumprimento da meta fiscal, o que vale é o resultado do Banco Central, de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

A expectativa que existe na área técnica do governo é que os Estados e municípios tenham registrado um superávit primário em 2017. Assim, existe a possibilidade concreta de que o resultado primário de todo o setor público (governo central, Estados, municípios e estatais) possa ter ficado abaixo de R\$ 110 bilhões no ano passado. Bem abaixo da meta de R\$ 163,1 bilhões definida para 2017.

Em 2016, a diferença entre as metodologias do BC e do Tesouro Nacional ficou em R\$ 5,2 bilhões.

O Tribunal de Contas da União (TCU) considerou esse valor muito elevado e pediu que o Tesouro e o Banco Central encontrassem uma explicação e melhorassem as suas metodologias. Pelos cálculos do TCU, os R\$ 5,2 bilhões somados aos R\$ 3,7 bilhões do ajuste metodológico, referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro, resultavam em uma discrepância estatística "não explicada" de R\$ 8,9 bilhões.

Em meados do ano passado, o Tesouro divulgou uma nota técnica apresentando os resultados dos estudos que realizou com o Banco Central sobre a questão. A nota diz que foi identificado o Programa de Financiamento Estudantil (Fies) como principal causa da discrepância "não explicada".

A razão é que o gasto do Fies não impactava o resultado primário calculado pela metodologia do Tesouro, pois as despesas do programa eram consideradas como financeiras. A metodologia do BC, no entanto, registrava efeito deficitário, pois a execução do Fies ocorre por meio de emissão de títulos públicos, ou pela saída de recursos da conta única da União.

O problema foi corrigido com a incorporação da concessão do financiamento estudantil no cálculo do resultado primário apurado pelo Tesouro.

CONJUNTURA »

Sucessão no BNDES testa poder de Meirelles

Ministro quer interferir na escolha do novo presidente do banco estatal, mas esbarra na desconfiança de Temer, que não quer vê-lo candidato

» ANTONIO TEMÓTEO



Titular da Fazenda manteve divergências com Rabello de Castro

Desafeto declarado do presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Paulo Rabello de Castro, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, quer ter voz determinante na escolha do substituto do comandante do banco de fomento estatal, que deve deixar o cargo para concorrer ao Planalto, em outubro, pelo Partido Social Cristão (PSC). Entretanto, o chefe

da equipe econômica terá pouco espaço para interferir nesse processo, já que a instituição financeira é vinculada ao Ministério do Planejamento, e Meirelles tem sido visto com certa desconfiança pelo presidente Michel Temer, que não quer vê-lo candidato à Presidência nas eleições de outubro.

Tanto Meirelles quanto Rabello de Castro têm pretensões políticas, ambicionam ocupar a Presidência da República em 2019 e acumulam uma série de atritos nos bastidores do governo. Escolhido para dirigir o BNDES pelo próprio chefe do Executivo, o presidente do banco nunca se calou quando o ministro da Fazenda quis interferir na gestão da instituição financeira.

Atritos

Ao contrário dos demais presidentes de bancos públicos, que nunca discordaram de Meirelles, Rabello de Castro sempre teve posições firmes, mesmo quando foi voto vencido em decisões que afetaram o dia a dia do banco.

Um exemplo disso foi dado no debate travado no governo sobre o

processo de devolução de R\$ 130 bilhões emprestados ao BNDES pelo Tesouro no governo da ex-presidente Dilma Rousseff. A restituição dos valores era considerada essencial pela área econômica para manter o déficit das contas públicas federais dentro das metas traçadas.

No começo das discussões, Rabello de Castro se mostrou contrário à medida, argumentando que ela diminuiria a capacidade do BNDES de financiar o setor produtivo, mas, após interferência de Temer, teve de ceder.

Pesa contra Meirelles o fato de que a escolha do substituto do presidente do BNDES ocorrerá perto do período final para exoneração de integrantes do Executivo que desejarem se candidatar em outubro. Com isso, o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, que continuará na Esplanada, terá ascendência maior nesse processo. Atualmente, o conselho de administração do banco já é ocupado pelo secretário-executivo do Planejamento, Esteves Pedro Colnago.

**LÍDER DO GOVERNO
HUMILHA COMUNICAÇÃO
DE TEMER**

Área essencial para um governo como o de Michel Temer, que bate recordes de rejeição, a Secretaria de Comunicação Social da Presidência amargou uma rara prova de desprestígio: sem consultar a ninguém, o líder do governo, deputado André Moura (PSC-SE), fez o relator do Orçamento, Cacá Leão (PP-BA), retirar R\$ 210 milhões de comunicação para contemplar parlamentares amigos. Aparentemente, só o ministro Dyogo de Oliveira (Planejamento) sabia da operação.

CADÊ O DINHEIRO?

A “tunga” de André Moura somente foi percebida durante reunião, com a presença de Temer, para o planejamento de marketing para 2018.

MANDANTE CONFIRMADO

Em estado de perplexidade, o Planalto obteve do próprio relator Cacá Leão a revelação de que a ordem da “tunga” foi de André Moura.

UTILIDADE PÚBLICA

A Secom confirmou o surrupio e informou que esses R\$210 milhões seriam usados em campanhas de utilidade pública e esclarecimento.